# Sumário

**Introdução**

1. Fluxograma para o procedimento comum
2. Prazos na Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil)

Capítulo 1 – **Procuração *ad judicia* e contrato de honorários**

1.1. Procuração

1.2. Contrato de honorários

Capítulo 2 – **Intervenção de terceiros**

2.1. Pedido de assistência

2.2. Denunciação da lide em embargos de terceiro

2.3. Chamamento ao processo

2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com pedido de tutela provisória de urgência

2.5. Pedido de intervenção na qualidade de *amicus curiae*

Capítulo 3 – **Procedimento comum**

3.1. Petição inicial com pedido de tutela provisória de urgência e de evidência

3.2. Contestação com reconvenção

3.2.1. Contestação com preliminar de incompetência ou alegação de Convenção de Arbitragem

3.3. Contestação no Juizado Especial Cível

3.4. Réplica

3.5. Emenda da inicial para substituir o réu em razão de alegação de ilegitimidade em contestação

3.6. Emenda da inicial para incluir réu em razão de alegação de ilegitimidade em contestação

3.7. Petição inicial – cobrança de débitos condominiais – utilização da faculdade da ação de conhecimento ainda que haja título executivo extrajudicial (CPC, art. 785)

3.8. Contestação de ação de cobrança de débitos condominiais

3.9. Petição inicial – ação redibitória – restituição das quantias pagas – requerimento para que a citação seja efetuada por intermédio do sistema de cadastro de processos em autos eletrônicos, nos termos do art. 246, § 1º, do Código de Processo Civil

3.10. Pedido na ação de preceito cominatório – obrigação de fazer

3.11. Petição inicial – ação de indenização em face de construtora com pedido de tutela de urgência para realização de prova pericial antecipada

3.12. Petição inicial – ação de cobrança

3.13. Petição inicial – ação reivindicatória com pedido de tutela provisória de urgência de natureza antecipada

3.14. Petição inicial – ação de adjudicação compulsória

3.15. Petição inicial – ação de obrigação de fazer
3.16. Ação de nunciação de obra nova

Capítulo 4 – **Tutela provisória de urgência**

4.1. Tutela provisória de urgência de natureza antecipada requerida em caráter antecedente
4.2. Tutela provisória de urgência de natureza cautelar requerida em caráter antecedente

Capítulo 5 – **Arguição de falsidade**

5.1. Arguição de falsidade de documento novo
5.2. Ação autônoma

Capítulo 6 – **Ação probatória autônoma – produção antecipada de provas**

Capítulo 7 – **Cumprimento de sentença**

7.1. Petição requerendo o cumprimento provisório de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa
7.2. Petição requerendo o cumprimento definitivo de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa
7.3. Petição requerendo constrição de bens em razão da frustração da penhora inicial
7.4. Petição requerendo o cumprimento de sentença (ou decisão interlocutória) que reconhece exigibilidade de obrigação de prestar alimentos
7.5. Petição requerendo o cumprimento definitivo de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa
7.5.1. Pelo resultado prático equivalente
7.5.2. Mediante imposição de multa (*astreintes*) ou busca e apreensão
7.6. Petição requerendo o cumprimento definitivo de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública
7.7. Petição do devedor ofertando o pagamento em cumprimento de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa
7.8. Impugnação ao cumprimento de sentença – excesso de execução
7.9. Impugnação ao cumprimento de sentença – outras causas

Capítulo 8 – **Procedimentos Especiais**

8.1. Ação de consignação em pagamento
8.2. Ação de exigir contas (prestação de contas)
8.3. Ações possessórias
8.3.1. Notificação
8.3.2. Reintegração de posse
8.3.3. Reintegração de posse após a consolidação da propriedade na alienação fiduciária de bem imóvel
8.3.4. Manutenção de posse
8.3.5. Interdito proibitório
8.4. Ação de divisão de terras particulares
8.5. Ação de demarcação de terras particulares
8.6. Ação de dissolução parcial de sociedade
8.7. Inventário e partilha

8.7.1. Pedido de abertura de Inventário
8.7.2. Primeiras declarações
8.7.3. Pedido de colação
8.7.4. Habilitação de crédito
8.7.5. Esboço de partilha
8.7.6. Arrolamento sumário
8.7.7. Arrolamento (art. 664 do CPC)
8.7.8. Sobrepartilha
8.8. Embargos de terceiro
8.9. Oposição
8.10. Habilitação
8.11. Ações de família
8.11.1. Divórcio
8.11.2. Reconhecimento e extinção de união estável
8.11.3. Regulamentação de guarda e visita cumulada com alimentos
8.11.4. Investigação de paternidade
8.11.5. Alimentos
8.11.6. Revisão e exoneração de alimentos
8.12. Ação monitória

Capítulo 9 – **Procedimentos de jurisdição voluntária**

9.1. Alienação Judicial – extinção de condomínio – ação de venda da coisa comum
9.2. Notificação judicial
9.3. Divórcio consensual
9.4. Extinção consensual de união estável
9.5. Pedido de alteração do regime matrimonial
9.6. Ação para suprimento de outorga conjugal
9.7. Interdição

Capítulo 10 – **Execução de título extrajudicial**

10.1. Execução por quantia certa
10.2. Execução por quantia certa – condomínios
10.3. Execução para entrega de coisa
10.4. Impugnação ao pedido do executado de reunião da ação de execução com ação de conhecimento (anulatória)
10.5. Execução de obrigação de fazer ou de não fazer
10.6. Execução contra a Fazenda Pública
10.7. Execução de alimentos
10.8. Exceção de pré-executividade

Capítulo 11 – **Embargos à execução**

Capítulo 12 – **Recursos**

12.1. Agravo de Instrumento – decisão que nega antecipação de tutela (tutela de urgência/evidência)
12.2. Agravo interno

12.2.1. De decisão monocrática que dá provimento ao Recurso Especial
12.2.2. De decisão monocrática que nega seguimento ao Recurso Especial
12.3. Embargos de declaração
12.4. Apelação
12.4.1. Pedido de atribuição de efeito suspensivo a apelação recebida apenas no efeito devolutivo, antes da distribuição do recurso
12.5. Recurso Ordinário
12.6. Recurso Especial
12.7. Pedido de atribuição de efeito suspensivo a Recurso Especial ou a Recurso Extraordinário
12.8. Agravo interno em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário
12.8.1. Modelo geral para as hipóteses de sobrestamento ou de inadmissão do recurso por correspondência do acórdão recorrido com recurso repetitivo ou precedente de repercussão geral
12.8.2. Modelo específico para a inadmissão do Recurso Especial por correspondência do acórdão recorrido com recurso repetitivo
12.9. Recurso Extraordinário
12.10. Contrarrazões a Recursos Especial ou Extraordinário
12.11. Agravo de instrumento em face de decisão denegatória de seguimento a Recurso Especial (ou Recurso Extraordinário)
12.12. Fluxograma da sistemática de interposição de recursos aos tribunais superiores
12.13. Embargos de divergência
12.14. Ação rescisória
12.15. Reclamação
12.15.1. Reclamação para garantir a observância de precedente de incidente de resolução de demandas repetitivas – modelo geral
12.15.2. Reclamação em face de decisão que se equivoca no enquadramento da situação do acórdão recorrido com o recurso repetitivo utilizado como fundamento para negar seguimento a Recurso Especial
12.16. Mandado de Segurança em face de decisão interlocutória da qual não cabe Agravo de Instrumento

Capítulo 13 – **Locação de Imóvel Urbano**

13.1. Notificação comunicando a sub-rogação no contrato de locação
13.2. Notificação encaminhada pelo fiador, dando notícia de sua exoneração em razão da sub-rogação legal
13.3. Notificação exigindo novo fiador em razão da exoneração pela sub-rogação legal do locatário original
13.4. Petição inicial de ação de despejo em face da não apresentação de novo fiador em razão da exoneração do original, com pedido de liminar
13.5. Contestação baseada na ação de exoneração fundamentada na morte do marido da fiadora
13.6. Notificação encaminhada pelo fiador, dando notícia de sua exoneração em razão da prorrogação legal do contrato
13.7. Notificação exigindo novo fiador em razão da exoneração do fiador original em razão da prorrogação do contrato por prazo indeterminado

13.8. Ação de exoneração do fiador pela alteração do quadro social da pessoa jurídica afiançada

13.9. Ação de exoneração do fiador em razão da novação

13.10. Notificação para ação de despejo em virtude da extinção do usufruto ou fideicomisso (art. 7º)

13.11. Notificação para ação de despejo em virtude da alienação do imóvel durante a locação (art. 8º)

13.12. Notificação para ação de despejo de imóvel residencial com contrato escrito por prazo superior a 30 meses, por denúncia vazia (art. 46, § 1º), ultrapassados 30 dias do fim do contrato

13.13. Notificação para ação de despejo de imóvel residencial com contrato verbal ou escrito com prazo inferior a 30 meses, por denúncia vazia (art. 47, V), passados 5 anos da data de início do contrato

13.14. Notificação para ação de despejo na locação não residencial, após 30 dias do fim do contrato (arts. 56 e 57)

13.15. Notificação para ação de despejo referente à locação anterior à Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991, que esteja vigorando por prazo indeterminado, com prazo de 12 meses para desocupação (art. 78)

13.16. Notificação para possibilitar sublocação, cessão ou empréstimo não consentido (art. 13, § 2º)

13.17. Notificação do locatário ao locador, denunciando o contrato no prazo de prorrogação

13.18. Notificação do locatário ao locador, denunciando o contrato por transferência de emprego

13.19. Petição para execução provisória do despejo

13.20. Petição para levantamento de caução pelo autor

13.21. Petição para levantamento de caução pelo réu

13.22. Pedido de intimação do réu (art. 65)

13.23. Ação de despejo por sublocação, cessão ou empréstimo não consentido

13.24. Ação de despejo por cessão da locação em razão da cessão das quotas sociais

13.25. Pedido de assistência de sublocatários

13.26. Despejo por extinção da sublocação com pedido de liminar

13.27. Ação de despejo por infração de mútuo acordo com pedido de desocupação liminar

13.28. Ação de despejo por desvio de uso do imóvel (art. 23)

13.29. Ação de despejo por falta de pagamento sem cumulação de cobrança de aluguéis

13.30. Ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança de aluguéis somente contra o locatário

13.31. Ação de despejo por falta de pagamento, cumulada com cobrança em face do fiador

13.32. Ação de despejo por falta de pagamento com pedido de desocupação liminar na hipótese de ausência de garantias

13.33. Despejo para reparos urgentes

13.34. Despejo por extinção do contrato de trabalho

13.35. Despejo para uso próprio

13.36. Despejo para uso próprio no Juizado Especial

13.37. Ação de despejo para demolição ou edificação licenciada

13.38. Ação de despejo nas locações de hospitais, escolas, asilos e entidades religiosas

13.39. Ação de despejo em virtude da permanência de pessoas não autorizadas após a morte do locatário
13.40. Ação de despejo em virtude de contrato de locação sem vênia conjugal, por prazo superior a dez anos
13.41. Ação de despejo por denúncia vazia nas locações de imóveis residenciais
13.42. Ação de despejo na locação não residencial com pedido de liminar
13.43. Ação de despejo por extinção do usufruto
13.44. Despejo em virtude da alienação do imóvel durante a locação
13.45. Despejo nas locações residenciais por contrato ininterrupto de cinco anos – denúncia vazia
13.46. Despejo nas locações para temporada
13.47. Petição requerendo imissão na posse em razão do abandono do imóvel no curso da ação
13.48. Petição requerendo o julgamento em razão do abandono
13.49. Contestação em ação de despejo com modelo referente à prescrição da pretensão da cobrança dos aluguéis e encargos
13.50. Reconhecimento da procedência do pedido para obter o benefício da desocupação em 6 meses
13.51. Ação renovatória
13.52. Ação de consignação de aluguéis e acessórios
13.53. Ação de consignação de chaves (arts. 4º e 6º)
13.54. Ação de consignação em pagamento havendo fundada dúvida sobre quem deva receber
13.55. Ação revisional
13.56. Ação de preceito cominatório para permitir a vistoria do imóvel
13.57. Execução de aluguéis e encargos em face do fiador
13.58. Adjudicação do imóvel por afronta ao direito de preferência
13.59. Notificação para conceder ao locatário o direito de preferência

Bibliografia